

編號：第 421/2021 號（刑事上訴案）

日期：2022 年 4 月 7 日

主要法律問題：

- 信任之濫用罪
- 獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判
- 審查證據方面明顯有錯誤
- 量刑

裁判書內容摘要

1. 屬共同或共有財產之物是否屬於他人之物，有不同的見解。我們認為，非實際、完全屬於一人之物，均具“他物性”。這需要具體情況具體分析。

2. 案發時，上訴人與被害人共同經營涉案店鋪，不論是被害人抑或上訴人，均不對店鋪內的金錢擁有百分之百的所有權；況且，按照店鋪的規定，但凡從店鋪取走款項，都必須在店鋪的記帳簿內登記金額及用途。故此，上訴人先後至少四次私自取走店鋪款項、且未按店規進行登記的行為，符合《刑法典》第 199 條第 1 款規定的「信任之濫用罪」的主客觀要件。

裁判書製作人

周艷平

澳門特別行政區中級法院 合議庭裁判書

編號：第 421/2021 號（刑事上訴案）

上訴人：A（A）

日期：2022 年 4 月 7 日

一、 案情敘述

在初級法院刑事法庭第 CR5-20-0122-PCC 號合議庭普通刑事案中，合議庭於 2021 年 3 月 18 日作出判決，裁定：

- 嫌犯 A 被指控以直接正犯，其既遂行為以連續犯的方式觸犯了澳門《刑法典》第 199 條第 1 款及第 29 條第 2 款所規定及處罰的一項『信任之濫用罪』，罪名成立，判處九個月徒刑；根據澳門《刑法典》第 48 條的規定，暫緩執行，為期兩年；
- 嫌犯 A 被指控以直接正犯，其既遂行為觸犯了澳門《刑法典》第 199 條第 4 款 a 項配合第 196 條 a 項所規定及罰處的一項『信任之濫用罪』，罪名不成立；及
- 未能裁定嫌犯 A 須對有關【X】水果店作出賠償。

*

嫌犯不服，向本院提起上訴（上訴理由闡述載於卷宗第 226 頁至第

242 頁)。¹

¹ 上訴人 A 提出以下理據（結論部分原文）：

1 - No decurso da audiência de julgamento ficou assente que a ofendida e arguido viveram juntos em condições análogas às dos cônjuges entre 2014 e 2015.

2 - E está provado no, aliás duto, acórdão que no período compreendido entre o ano 2017 e Maio de 2018, o Arguido e a Ofendida B cooperaram -se, de forma verbal, para explorar a loja de fruta (X). O Arguido era responsável pelo funcionamento diário da loja de fruta e a importação e exportação de mercadorias.

3 - Ficou assim assente que, pese embora a loja de frutas estar registada apenas em nome da ofendida, o certo é que a mesma pertencia a esta e ao arguido em partes iguais.

4 - Sendo a loja de frutas propriedade de ambos, isto é, sendo o arguido (co)proprietário da mesma, não há qualquer abuso e confiança.

5 - As regras quanto ao levantamento do dinheiro da caixa e respectivos registos são práticas e normas não escritas assentes por acordo, cuja violação não tem a tutela do direito penal, o qual só deve intervir em última instância.

6- Por definição, o crime de abuso de confiança não tem aplicação nos autos, na medida em que o arguido é proprietário e possuidor do estabelecimento comercial e todos os bens e valores que o constituem.

7 - O abuso de confiança refere-se a coisa móvel alheia que o agente detém ou possui em nome alheio, ou seja, violação da propriedade alheia.

8 - Tendo o arguido e a ofendida vivido em situações análogas às dos cônjuges e decidido explorar em conjunto o negócio cujo património indiviso (ou comunhão) fazia parte a loja de fruta, verificado um tal levantamento por parte do arguido, não há crime de abuso de confiança porque o dinheiro não lhe tinha sido

entregue por título não translativo de propriedade, antes era seu também.

9 - A loja de frutas não tem personalidade e capacidade judiciária, é um estabelecimento comercial que embora registado o alvará de exploração em nome de um deles, ficou provado que pertencia aos dois. Caso contrário, quem teria legitimidade para apresentar queixa não seria a Ofendida B.

10 - Assim as quantias alegadamente apropriadas pelo arguido não pertenciam à loja de frutas. O montante dentro da loja não pertencia à loja de frutas (X), nem ficou à guarda provisória do arguido por forma de não transmissão da propriedade.

11 - Para se aplicar este tipo objectivo de ilícito ao arguido, por ser comproprietário em termos civis, seria preciso verificar se na liquidação da sociedade irregular que aquele tinha com a ofendida, a parte que lhe coube na partilha dos bens comuns ficou aquém do valor apropriado, pois só assim se poderá falar em prejuízo. Até lá, a apropriação não é ilegítima sob o prisma do direito penal.

12 - Alegando o arguido não ter agido com a intenção de se apropriar do dinheiro, não poderá configurar-se este tipo legal de crime.

13 - Assim como ficou estruturada e fundamentada a douta sentença, existe insuficiente fundamentação o que conduz à sua nulidade, por violação do disposto na al. a) do art.360.º do CPP.

14 - E verifica-se a insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, vício constante do art. 400º., n. 2, a) do Código de Processo Penal, sendo que o vício invocado resulta dos elementos constantes dos autos, por si só ou conjugados com as regras da experiência comum.

15 - Por outro lado, salvo o devido respeito, pese embora o que se deu por assente na douta sentença, o arguido não se conforma ter-se dado como provado ter agido com a intenção de se apropriar do dinheiro da loja.

16 - Analisando os quatro momentos da prática do crime por que foi condenado, considera a defesa

que essas fotos mostram apenas que o arguido A tirava dinheiro da caixa registadora. Eventualmente podia colocar dinheiro no bolso para o transportar para o local onde efectuava o registo da conta diária da loja.

17 - A evidência mostra que as testemunhas apenas podiam indicar esse facto porquanto o registo, ou falta dele, era efectuado noutro local da loja, mais concretamente no piso superior da mesma, onde estava o computador.

18 - O recorrente explicou em audiência que sendo o responsável pela gestão e contabilidade da loja, todos os dias precisava de ir à loja para confirmar o valor e fazer a conta na folha *excel* do computador.

19 - Em geral, embora o vídeo mostre que ele mete dinheiro no bolso, a testemunha diz que não marcou no livro, mas as testemunhas mais tarde não puderam ver como é feito o registo na conta da loja, no programa *excel* do computador.

20 - Daí que as testemunhas não conseguem confirmar o montante da perda da loja.

21 - Concluindo, as testemunhas trabalhavam na loja mas não acompanhavam o processo de registo da conta da loja, pelo que tratando-se de prova incerta deve prevalecer o princípio *in dubio pro reo* aplicável a um arguido que goza da presunção de inocência.

22 - Pelo que também nesta parte a decisão contém erro notório na apreciação da prova, vício constante do art. 400º, n. 2, c) do Código de Processo Penal que ora se arguiu para todos efeitos legais.

23 - Por todo o exposto, no modesto entendimento do recorrente, o Tribunal a quo devia ter dado como não provado:

"e, intencionalmente, não registou na conta, apropriando-se da respectiva quantia pertencente à loja de fruta".

24 - Sem prescindir, entende o arguido que, ainda assim, a pena em que foi condenado - uma pena de prisão de 9 meses - não é proporcional e ajustada ao caso concreto.

25 - Sendo o crime de abuso de confiança simples, p e p, no art. 199.º, n.º 1 do Código Penal, punido em alternativa com pena de multa, devia o julgador ter dado preferência à pena não privativa da liberdade, salvo se justificasse o seu afastamento, o que no caso não aconteceu.

26 - Na determinação de pena concreta a aplicar ao arguido, o Tribunal *a quo* referiu:

"Conforme o supra critério da determinação da pena, considerando as circunstâncias concretas do presente caso, o arguido A é primário, o qual negou os factos, não indemnizou a testemunha, a consequência do presente crime é normal, a culpa é moderada, a ilicitude do acto é moderada, atendendo às exigências de prevenção geral para tais crimes, o Tribunal considera adequado condenar o Arguido por um crime de "abuso de confiança" (crime continuado), com pena de 9 meses de prisão."

27 - Salvo o devido respeito foi desconsiderada em absoluto a aplicação da pena alternativa de multa, violando o disposto nos artigos 64.º, 40.º, 45.º e 65 do CP.

28 - Como na justificação para a suspensão da execução da pena de prisão de 9 meses, o Tribunal recorrido atendendo à personalidade do agente, às condições da sua vida, à sua conduta anterior e posterior ao crime e às circunstâncias do crime, concluiu que a simples censura do facto e a ameaça da prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição, por paridade de razão a pena mais justa, adequada e proporcional seria a de multa.

29 - A não se entender assim, afigura-se-nos que a suspensão da execução da pena de prisão de 9 meses seria mais adequado o período fixado em igual tempo."

30 - A douda sentença em apreciação violou por erro de interpretação e de aplicação o disposto nos artigos 199.º, n. 1, 40.º, 45.º, 64.º e 65.º do Código Penal e 349.º, n. 2, 355.º, 356.º, 360.º e 400.º, n. 1 e 2, al. a) e c) do Código de Processo Penal.

31 - No entendimento do recorrente, a douda sentença recorrida deveria ter levado em consideração o

*

駐初級法院刑事法庭的檢察院代表作出答覆，認為應裁定上訴人之上訴理由部分成立，並對上訴人科處合適的罰金刑罰（詳見卷宗第 246 頁至第 250 頁）。

檢察院在答覆狀中提出下列理據（結論部分）：

1. 被上訴的合議庭裁判判處：嫌犯 A 被指控以直接正犯，其既遂行為以連續犯的方式觸犯了澳門《刑法典》第 199 條第 1 款及第 29 條第 2 款所規定及處罰的一項「信任之濫用罪」，罪名成立，判處九個月徒刑；根據澳門《刑法典》第 48 條的規定，暫緩執行，為期兩年。

2. 上訴人 A 不服，認為初級法院的上述合議庭裁判沾有澳門《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款、第 2 款 a 項及 c 項的瑕疵，並認為存在量刑過重。

3. 我們需指出的是，中級法院不止一次地強調：《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項所指的“事實不足”的瑕疵是指認定的事實不足以支持裁判就是在案件標的範圍內查明事實時存在漏洞，以致在作為決定依據的被認定事實存在不足或不完整，是指對一恰當的法律決定而言，獲認定的事實顯得不充份，當法院沒有查明為案件做出正確裁判必不可少的事實事宜，而該等事實事宜本應由法院在控訴書和辯護狀界定的訴訟標的範圍內進行調查時，即出現此一瑕疵。

4. 在本案中，檢察院撰寫控訴書，羅列了一系列事實，控訴嫌犯 A

disposto nos pontos 1 a 29 destas conclusões.

觸犯澳門《刑法典》第 199 條所規定及處罰的『信任之濫用罪』。

5. 經開庭審理，原審法院認定了檢察院的控訴書的部分事實，已清楚指出哪些事實為已獲得證實、哪些事實是不獲證實。

6. 因此，被上訴的合議庭裁判在本案之標的範圍內查明事實時，並不存在遺漏審理情況。

7. 此外，對於何時會出現「審查證據方面明顯有錯誤」的瑕疵，中級法院在審理多個上訴案件時均提到：「審查證據明顯錯誤」是指法院在認定事實時明顯有違經驗法則常理或明顯違反法定證據原則。「明顯」者是指一般常人亦能輕而易舉且毫不用思考便能察覺者。

8. 本案中，在事實判斷方面，被上訴的合議庭裁判已清楚指出，證人 B 詳細及清楚地講述了嫌犯取去涉案店鋪金錢據為己有的情況並指從錄影片段中當中看到嫌犯從涉案店鋪之收銀機處取款後並沒有記在數簿中，並將款項放進衣袋內，認為嫌犯私下取走店鋪金錢。

9. 從以上之事實分析可見，原審法院是按照經驗法則及審慎心證，在綜合考慮各種因素後，去對事實作出認定，並不存在上訴人所指的「審查證據方面明顯有錯誤」的瑕疵或違反「存疑無罪」原則。

10. 另外，根據本案原審法院認定的事實顯示嫌犯 A 明知店鋪內的款項是【X】水果店所有，只是以不移轉所有權的方式由其暫時保管，但其卻在自由、自願及有意識的情況下，先後多次將該些款項不正當據為己有，只是未能查知具體金額。

11. 由此可見，本案已查證的事實足以證明嫌犯 A 的行為已完全符合「信任之濫用罪」的構成要件。

12. 被上訴的合議庭裁判不存在澳門《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款、第 2 款 a 項及 c 項所指情況，亦沒有違反同一法典第 349 條、第 355 條、第 356 條以及第 360 條的規定。

13. 最後，關於本案的具體量刑方面，上訴人認為被上訴的合議庭裁判違反了《刑法典》第 40 條、第 45 條、第 64 條及第 45 條的規定，並認為應對其科處罰款。

14. 在本案中，原審法院指嫌犯 A 為初犯，嫌犯否認事實，未對證人作出賠償，本次犯罪後果一般，故意程度屬中等，行為不法性屬中等。

15. 我們認為，由於上訴人 A 為初犯，其犯罪後果不屬於嚴重，同時考慮犯罪預防之要求，檢察院認同上訴人所言，對其科處罰金已可足以適當地實現懲罰及預防犯罪的目的。

*

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱並提交了法律意見，認為應裁定上訴人提出的上訴理由部份成立，改判科處上訴人罰金之刑罰（詳見卷宗第 260 頁至第 262 頁）。

*

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

原審法院經庭審後認定以下事實：

已查明的事實：

2017 年至 2018 年 5 月期間，嫌犯 A 以口頭合約的方式與被害人 B 合伙經營【X】水果店。嫌犯主要負責管理該水果店的日常運作及貨物進出等工作。

按照水果店的規定，但凡從店鋪取走款項，都必須在店鋪的記帳簿內登記金額及用途。

2017 年 12 月 28 日晚上約 10 時，嫌犯到上述店鋪，取走存放於收銀機內未能查明金額的澳門幣現金，並故意不在記帳簿進行登記，將屬於水果店的款項據為己有(參閱卷宗第 38 頁的觀看影像筆錄以及第 41 頁下方的截圖)。

2018 年 1 月 21 日晚上約 11 時 29 分，嫌犯到上述店鋪，取走存放於收銀機內未能查明金額的澳門幣現金，並故意不在記帳簿進行登記，將屬於水果店的款項據為己有(參閱卷宗第 38 頁的觀看影像筆錄以及第 44 頁上方的截圖)。

2018 年 4 月 16 日晚上約 8 時 31 分，嫌犯到上述店鋪，取走存放於收銀機內未能查明金額的澳門幣現金，並故意不在記帳簿進行登記，將屬於水果店的款項據為己有(參閱卷宗第 38 頁的觀看影像筆錄以及第 39 頁上方的截圖)。

2018 年 4 月 17 日下午約 4 時 49 分，嫌犯到上述店鋪，取走存放於收銀機內未能查明金額的澳門幣現金，並故意不在記帳簿進行登記，將屬於水果店的款項據為己有(參閱卷宗第 38 頁的觀看影像筆錄以及第 39 頁下方的截圖)。

期間，水果店的員工目睹嫌犯的上述行為，於是通知被害人公司

的東主 B。

於上述期間被嫌犯取去金額不詳之款項。

2018 年 3 月 30 日，【X】水果店從【Y 水果食品貿易公司】購入五十七箱、每箱購入價為港幣 1,287.5 元的榴槤(參閱卷宗第 68 頁)。

嫌犯的上述行為導致【X】水果店損失金額不詳的款項，令被害人遭受財產的損失。

嫌犯在自由、自願及有意識的情況下，明知店鋪內的款項是【X】水果店所有，只是以不移轉所有權的方式由其暫時保管，仍先後至少四次將該些款項不正當據為己有。

嫌犯清楚知道其行為是法律所不容，且會受法律制裁。

*

在庭上還證實：

根據刑事紀錄證明，嫌犯為初犯。

證實嫌犯個人及經濟狀況如下：

嫌犯聲稱具有大學學士的學歷，每月收入大約澳門幣一萬五千元，無需供養任何人。

*

經庭審未查明的事實：

2017 年 12 月 27 日晚上約 10 時 55 分，嫌犯到位於澳門...街...號【X】水果店，取走存放於收銀機內未能查明金額的澳門幣現金，並故意不在記帳簿進行登記，將屬於水果店的款項據為己有。

2018 年 1 月 9 日凌晨約 1 時 07 分，嫌犯到上述店鋪，取走存放於

收銀機內未能查明金額的澳門幣現金，並故意不在記帳簿進行登記，將屬於水果店的款項據為己有。

2018 年 1 月 16 日晚上約 10 時 51 分，嫌犯到上述店鋪，取走存放於收銀機內未能查明金額的澳門幣現金，並故意不在記帳簿進行登記，將屬於水果店的款項據為己有。

2018 年 1 月 18 日晚上約 10 時 06 分，嫌犯到上述店鋪，取走存放於收銀機內未能查明金額的澳門幣現金，並故意不在記帳簿進行登記，將屬於水果店的款項據為己有。

2018 年 1 月 19 日晚上約 9 時，嫌犯到上述店鋪，取走存放於收銀機內未能查明金額的澳門幣現金，並故意不在記帳簿進行登記，將屬於水果店的款項據為己有。

2018 年 1 月 26 日凌晨約零時 20 分，嫌犯到上述店鋪，取走存放於收銀機內未能查明金額的澳門幣現金，並故意不在記帳簿進行登記，將屬於水果店的款項據為己有。

2018 年 2 月 5 日晚上約 9 時 55 分，嫌犯到上述店鋪，取走存放於收銀機內未能查明金額的澳門幣現金，並故意不在記帳簿進行登記，將屬於水果店的款項據為己有。

2018 年 2 月 15 日下午約 4 時 10 分，嫌犯到上述店鋪，取走存放於收銀機內未能查明金額的澳門幣現金，並故意不在記帳簿進行登記，將屬於水果店的款項據為己有。

2018 年 4 月 21 日傍晚約 6 時 47 分，嫌犯到上述店鋪，取走存放於收銀機內未能查明金額的澳門幣現金，並故意不在記帳簿進行登記，

將屬於水果店的款項據為己有。

於上述期間被嫌犯取去的款項金額合共約澳門幣 15,000 元。

其後，於未能查明的日期，嫌犯將其中五十箱榴槤取走，以 68,000 元售予【Z 運輸貿易公司】，並將款項據為己有。

嫌犯的上述行為導致【X】水果店損失的金額分別為約澳門幣 15,000 元及港幣 64,375 元。

嫌犯將【X】水果店所有的款項不正當據為己有的次數為十三次。

嫌犯在自由、自願及有意識的情況下，明知上述屬巨額的貨物是【X】水果店所有，只是以不移轉所有權的方式由其暫時保管，仍將該些屬巨額的貨物不正當據為己有。

其他與上述已證事實不相符的事實。

二、 法律方面

除了須依職權審理的事宜，上訴法院只解決上訴人具體提出的並且由其上訴理由闡述結論所界定的問題，結論中未包含的問題轉為確定。

2

*

本上訴涉及之問題：

- － 獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判
- － 審查證據方面明顯有錯誤

² 參見中級法院第 18/2001 號上訴案 2001 年 5 月 3 日合議庭裁判、中級法院第 103/2003 號上訴案 2003 年 6 月 5 日合議庭裁判。

– 量刑

*

(一) 關於“獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判”

上訴人聲稱，其與被害人均為“X”店鋪的股東，其取去的店鋪金錢並不屬於“他人之物”，其亦沒有將相關金錢據為已有的意圖。上訴人認為，被上訴判決裁定其至少四次將店鋪款項據為己有從而觸犯一項「信任之濫用罪」(連續犯)，違反了《刑事訴訟法典》第 360 條 a 項的規定，沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款、第 2 款 a 項之瑕疵，請求裁定被上訴判決無效。

*

終審法院於 2009 年 7 月 15 日在第 18/2009 號刑事上訴案的判決中表示：“被認定的事實不足以支持裁判就是在案件標的範圍內查明事實時存在漏洞，以致在作為決定依據的被認定事實存在不足或不完整。”

《刑事訴訟法典》第 360 條（判決之無效）規定：

屬下列情況之判決無效：

a) 凡未載有第 355 條第 2 款及第 3 款 b 項所規定載明之事項者；或

b) 在非屬第 339 條及第 340 條所指之情況及條件下，以起訴書中，或無起訴時，以控訴書中未描述之事實作出判罪者。

《刑事訴訟法典》第 355 條（判決書之要件）規定：

.....

二、緊隨案件敘述部分之後為理由說明部分，當中列舉經證明及未經證明之事實，以及闡述即使扼要但盡可能完整、且作為裁判依據之事實上及法律上之理由，亦指明用作形成法院心證之證據。

.....

＊

根據卷宗資料，上訴人表示其與被害人合伙經營店舖“X”；被害人於庭審作證時亦表示，其與上訴人於 2014 年至 2015 年如夫妻般共同生活，於 2016 年兩人分手。從 2014 年 10 月開始，在財政局登記被害人為“X”的持牌人，登記上沒有顯示其與上訴人各佔一半股份，但實際上兩人各佔一半股份。

共同或共有財產是否屬於他人之物，有不同的見解。我們認為，非實際、完全屬於一人之物，均具“他物性”。這需要具體情況具體分析。

本合議庭認為，案發時，上訴人與被害人早已結束了像夫妻一樣的生活方式，兩人共同經營涉案店舖期間，不論是被害人抑或上訴人，均不對店舖內的金錢擁有百分之百的所有權；況且，按照店舖的規定，但凡從店舖取走款項，都必須在店舖的記帳簿內登記金額及用途。故此，上訴人先後至少四次私自取走店舖款項，且未按店規進行登記的行為，符合《刑法典》第 199 條第 1 款規定的「信任之濫用罪」的主客觀要件。

原審法院在審判聽證中針對上訴人被指控的眾多事實逐一查證分析，分別列出獲證事實及未查明事實，在案件標的範圍內查明事實時沒有出現任何遺漏、被認定事實存在不足或不完整之情形；同時，原審法

院對於判決依據的事實作出了符合邏輯的理由說明，指明用作形成法院心證的證據，故此，被上訴判決不存在因違反《刑事訴訟法典》第 360 條之規定而導致判決無效的情況。

藉此，上訴人的相關上訴理由不成立。

*

（二）關於“審查證據方面明顯有錯誤”

上訴人指稱，其與被害人合伙經營涉案店鋪“X”，其具體負責埋數、日常運作及財政等工作，尤其是使用電腦記帳。即使店內錄影顯示其曾取走收銀機內的金錢，但並不是將該等金錢據為己有，而是用於店鋪的日常開支。此外，被害人不能明確指出店鋪金錢損失的具體數額。故此，依據存疑從無原則，應裁定上訴人至少四次取走店鋪款項並據為己有的事實不獲證明。上訴人認為原審法院在審查證據方面明顯有錯誤，被上訴判決沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項規定之瑕疵，請求對其予以開釋。

*

終審法院於 2001 年 3 月 16 日在第 16/2000 號刑事上訴案的判決中指出：“審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。”

換言之，審查證據方面明顯有錯誤，是指法院認定事實時，明顯有

違經驗法則和常理，或明顯違反法定證據價值法則，或明顯違反職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。

根據《刑事訴訟法典》第 114 條規定，法官根據自由心證原則，按一般經驗法則和常理來評價各種被審查的證據之證明力，並認定獲證或不獲證明的事實，除非法律另有規定者。

誠然，訴訟當事人出於不同的立場、經驗，對於涉案事實會作出各自不同的價值判斷。但是，上訴人不能以其個人對證據之評價強加於審判法院，更不能要求審判法院必須作出與其個人價值判斷相一致的心證。

*

原審法院於被上訴判決的“事實判斷”中指出：

本院根據嫌犯的聲明、各證人的證言、在庭審聽證中所審查的扣押物、書證，以及其他證據後形成心證。

有關嫌犯被指控觸犯一項『信任之濫用罪』（連續犯）的事實：雖然嫌犯否認有關事實，並指有關錄影及截圖中其有將金錢放衣袋，但指是作公司開支及埋數之用，並非將該等金錢據為己有。另外，嫌犯也提交了文件及其製作有關店鋪之帳目資料。然而，B 詳細及清楚地講述了嫌犯取去涉案店鋪金錢據為己有的情況，並指從錄影片段中當中看到嫌犯從涉案店鋪之收銀機處取款後並沒有記在數簿中，並將款項放進衣袋內，認為嫌犯私下取走店鋪金錢。另外，根據涉案店鋪之兩名員工之證言，其等均“X”店鋪規定，但凡從在店鋪取走款項時，必須在店鋪的記帳簿中記錄，所有人取錢也要記錄，其等也確認看到嫌犯從店鋪內

的收銀機取錢後沒有作紀錄的情況。再者，根據有關錄影片段，包括錄影片段及警方的調查，並結合案中的其他證據(包括嫌犯及B提交之文件資料)及證人的證言，有關2017年12月28日及2018年1月21日的事實：有員工證人及截圖印證、且經分析嫌犯提交的帳目(第200至207頁)，本院認為嫌犯在該等日子有將涉案店鋪金錢據為己有，但未能知悉具體金額；有關2018年4月16日、2018年4月17日及2018年4月21日有錄影及員工證人印證，並經分析嫌犯提交的帳目(第200至207頁)，本院認為嫌犯在該等日子中，嫌犯至少在於2018年4月16日及2018年4月17日有將涉案店鋪金錢據為己有，但未能知悉具體金額；至於涉及其他日子之事實，由於案中沒有相關錄影，由於只有截圖，雖然圖中顯示嫌犯均站在涉案店鋪之收銀機前及拿著金錢，但未能知悉嫌犯在該等截圖中之行為有否取走涉案店鋪金錢。

綜合分析庭審所得的證據，本院認為足以認定嫌犯在自由、自願及有意識的情況下，明知店鋪內的款項是【X】水果店所有，只是以不移轉所有權的方式由其暫時保管，仍先後至少四次將該些款項不正當據為己有；然而，未能足以認定嫌犯將【X】水果店所有的款項不正當據為己有的次數為十三次。

有關嫌犯被指控觸犯一項『信任之濫用罪』的事實：嫌犯否認有關事實。另外，證人B講述了認為嫌犯沒有將有關澳門幣六萬八千元交回涉案店鋪，並將之據為己有之原因。然而，根據有關單據資料，尤其包括第68至69頁、第187頁、第200至207頁之文件，顯示購買有關榴槤的紀錄及價金錢等資料。嫌犯及被害方各執一詞，並考慮有關尤

其是 Z 運輸貿易公司之證人的證言，結合庭審所得的證據，本院認為未能足以認定其後，於未能查明的日期，嫌犯將其中五十箱榴槤取走，以 68,000 元售予【Z 運輸貿易公司】，並將款項據為己有。

*

仔細閱讀被上訴判決，可見，原審法院依據上訴人的聲明、各證人的證言、在庭審聽證中所審查的扣押物、書證，以及其他證據後形成心證，亦不曾遺漏審理上訴人強調的其提交了文件及其製作有關店鋪之帳目資料，認定上訴人先後至少四次將店鋪的款項不正當據為己有，但未能足以認定上訴人將店鋪的款項不正當據為己有的次數為十三次，亦未能足以認定上訴人將出售榴蓮的澳門幣 68,000 元款項據為己有。

本合議庭認為，原審法院在審查證據方面不存在任何違反一般經驗法則和限定證據價值的規則之情形，沒有明顯的錯誤，更遑稱明顯錯誤。

藉此，上訴人的相關上訴理由不成立。

*

（三）量刑

上訴人認為，被上訴判決違反《刑法典》第 40 條、第 45 條、第 64 條及第 45 條的規定，量刑過重，請求對其改判罰金之刑罰。

*

《刑法典》第 40 條、第 64 條和第 65 條規定了刑罰的目的、刑罰的選擇以及確定具體刑罰份量的準則。

根據《刑法典》第 40 條第 1 款規定，刑罰之目的旨在保護法益及使行為人重新納入社會，即：從一般預防和特別預防兩個方面作考量。

前者，主要從一般預防的積極方面考慮，通過適用刑罰達到恢復和加強公眾的法律意識，保障其對因犯罪而被觸犯的法律規範的效力、對社會或個人安全所抱有的期望，並保護因犯罪行為的實施而受到侵害的公眾或個人利益，同時遏止其他人犯罪；後者，旨在通過對犯罪行為人科處刑罰，尤其是通過刑罰的執行，使其吸取教訓，銘記其犯罪行為為其個人所帶來的嚴重後果，從而達到遏止其再次犯罪、重新納入社會的目的。

《刑法典》第 40 條第 2 款規定了刑罰之限度，確定了罪刑相當原則。根據該原則，刑罰的程度應該與罪過相對應。

根據《刑法典》第 64 條的規定，在選擇刑罰方面，如果對犯罪可選科剝奪自由之刑罰或非剝奪自由之刑罰，則只要非剝奪自由之刑罰可以適當及足以實現處罰的目的，法院應先選取非剝奪自由之刑罰。

《刑法典》第 65 條規定了確定具體刑罰份量的準則，在確定刑罰的份量時，須按照行為人之罪過及預防犯罪的要求為之，同時，亦須考慮犯罪行為的不法程度、實行之方式、後果之嚴重性、行為人對被要求須負義務之違反程度、故意之嚴重程度、所表露之情感、行為人之動機、行為人之個人狀況及經濟狀況、事發前後之行為及其他已確定之情節。

按照《刑法典》第 40 條及第 65 條規定，法院應在法定的最低刑及最高刑刑幅之間，根據行為人罪過及預防犯罪的要求，同時一併考慮所有對行為人有利或不利而不屬犯罪罪狀的情節，作出選擇具體刑罰之決定。每一項情節都不應被孤立評價，需綜合所有情節作出整體判斷，從而決定適合的具體刑罰。

*

本案，上訴人以直接正犯、既遂及連續犯的方式觸犯《刑法典》第 199 條第 1 款及第 29 條第 2 款所規定及處罰的一項「信任之濫用罪」，可被判處一個月至三年的徒刑或科十日至三百六十日罰金。

按照上指法律規定，同時考慮本案的具體情節，我們認為，上訴人為初犯，本次犯罪後果、犯罪故意程度、行為不法性均屬一般，亦考慮預防犯罪之需要，本合議庭認為判處上訴人非剝奪自由的罰金已經能夠適當及足以實現處罰之目的。

藉此，上訴人的相關上訴理由成立，合議庭**改判**如下：

上訴人 A 以直接正犯、既遂及連續犯的方式觸犯《刑法典》第 199 條第 1 款及第 29 條第 2 款所規定及處罰的一項「信任之濫用罪」，罪名成立，判處一百八十日罰金，每日罰金額為澳門幣貳佰元（MOP\$200.00），罰金總額為澳門幣叁萬陸仟元（MOP\$36,000.00），如不支付罰金亦不以勞動代替，則執行一百二十日徒刑。

四、決定

綜上所述，合議庭裁定上訴人 A 的上訴理由部分成立，改判：

1. 上訴人 A 以直接正犯、既遂及連續犯的方式觸犯《刑法典》第 199 條第 1 款及第 29 條第 2 款所規定及處罰的一項「信任之濫用罪」，罪名成立，判處一百八十日罰金，每日罰金額為澳門幣貳佰元（MOP\$200.00），罰金總額為澳門幣叁萬陸仟元（MOP\$36,000.00），如不支付罰金亦不以勞動代替，則執行一百二十日徒刑。

2. 維持原審判決其他決定。

*

上訴人的部分上訴理由成立，故其仍須負擔其敗訴之訴訟費用：上訴人須繳付二個計算單位（2UCs）之司法費、各項訴訟費用負擔減半。
著令通知。

—*—

澳門，2022 年 4 月 7 日

周艷平（裁判書製作人）

蔡武彬（第一助審法官）

陳廣勝（第二助審法官）